

LAVAGEM DE DINHEIRO

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

Lavagem de Dinheiro

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

SUMÁRIO

Capítulo I - Noções Fundamentais

1. A expressão “lavagem de dinheiro”
2. Conceito
3. Antecedentes internacionais
4. O GAFI e as Quarenta Recomendações
5. As três gerações de leis de lavagem
   - 5.1 Primeira geração
   - 5.2 Segunda geração
   - 5.3 Terceira geração
6. Fases da lavagem
   - 6.1 Colocação (placement)
   - 6.2 Dissimulação ou mascaramento (layering)
   - 6.3 Integração (integration ou recycling)
7. Tipos de lavagem quanto à complexidade
8. Estrutura da Lei n. 9.613/1998
9. A Lei n. 12.683/2012
10. Alterações posteriores

Capítulo II - Dos Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

Seção I - Do tipo básico

1. Bem jurídico tutelado
2. Princípio da insignificância
3. Infração penal antecedente
   - 3.1 Acessoriedade limitada
   - 3.2 Infração produtora
   - 3.3 Absolvição e extinção da punibilidade do delito-base
   - 3.4 Crimes tributários e a Súmula Vinculante 24
   - 3.5 Infração antecedente praticada no estrangeiro
   - 3.6 Lavagem em cadeia
4. Sujeito ativo
   - 4.1 Autolavagem
   - 4.2 Desnecessidade de participação na infração antecedente
   - 4.3 Participação por omissão

4.4 Advogados
5. Sujeito passivo
6. Objeto material
6.1 Mescla de capitais lícitos e ilícitos
7. Tipo objetivo
7.1 Os núcleos
7.2 Os dados ocultados ou dissimulados
7.3 Exaurimento da infração antecedente × ato autônomo de lavagem
8. Tipo subjetivo
8.1 Dolo e inexistência de forma culposa
8.2 Elemento subjetivo especial
8.3 Dolo eventual
8.4 Prova indiciária do dolo
8.5 Teoria da cegueira deliberada
9. Consumação e tentativa
9.1 Crime material ou formal
9.2 Tentativa
9.3 Natureza instantânea ou permanente
10. Conflito aparente de normas
10.1 Receptação (art. 180 do Código Penal)
10.2 Favorecimento real (art. 349 do Código Penal)
10.3 Evasão de divisas (art. 22 da Lei n. 7.492/1986)
11. Concurso de crimes
12. Penas e seus reflexos
13. Ação penal
14. Competência
15. Classificação jurídica
Seção II - Dos tipos derivados
1. Natureza e elemento subjetivo especial
2. Conversão em ativos lícitos (§ 1º, I)
3. Condutas assemelhadas à receptação (§ 1º, II)
4. Importação e exportação com valores falsos (§ 1º, III)
Seção III - Das figuras equiparadas
1. Utilização na atividade econômica ou financeira (§ 2º, I)
2. Participação em grupo, associação ou escritório (§ 2º, II)
Seção IV - Da causa de aumento
1. Alcance e evolução

2. Reiteração e continuidade delitiva

3. Organização criminosa e ativo virtual

Seção V - Da colaboração premiada

1. Benefícios e natureza

2. Momento da colaboração

3. Requisitos e relação com a Lei n. 12.850/2013

Seção VI - Da ação controlada e da infiltração de agentes

1. Origem e alcance

2. Regime aplicável

Seção VII - Da extinção da punibilidade pelo RERCT

1. O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária

Capítulo III - Disposições Processuais Especiais

Seção I - Do procedimento e da autonomia do processo

1. Procedimento

2. Autonomia relativa do processo

3. Unidade de processo e julgamento

4. Justa causa duplicada

Seção II - Da competência

1. Regra geral: competência da justiça estadual

2. Hipóteses de competência federal

2.1 Crime contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (alínea “a”, primeira parte)

2.2 Detrimento de bens, serviços ou interesses da União (alínea “a”, segunda parte)

2.3 Infração antecedente de competência federal (alínea “b”)

2.4 Lavagem transnacional

3. Varas especializadas

Seção III - Da citação por edital e da inaplicabilidade do art. 366 do CPP

1. O regime legal

2. A crítica de redação

3. A controvérsia sobre a constitucionalidade

4. Compatibilidade com o art. 4º, § 3º

Seção IV - Da revogação do art. 3º e da liberdade provisória

1. O regime revogado

2. A evolução do entendimento

3. O regime atual

Seção V - Das medidas assecuratórias

1. Função político-criminal

2. A ampliação promovida pela Lei n. 12.683/2012

3. Legitimidade e requisitos

4. Liberação dos bens e a alegada inversão do ônus da prova

5. Pedido de liberação e comparecimento pessoal

Seção VI - Da alienação antecipada

1. Finalidade

2. Procedimento

3. A alteração da Lei n. 15.358/2026

Seção VII - Da suspensão da ordem de prisão e das medidas assecuratórias

Seção VIII - Da administração dos bens constritos

1. Natureza e cabimento

2. Limites e controle

Capítulo IV - Dos Efeitos da Condenação

1. A perda de bens (inciso I)

2. A interdição de cargo, função ou gerência (inciso II)

3. A alteração da Lei n. 15.358/2026

Capítulo V - Dos Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Crimes Praticados no Estrangeiro

1. Cooperação jurídica internacional

2. Reciprocidade

3. Repartição por metade

Capítulo VI - Das Pessoas Sujeitas ao Mecanismo de Controle

1. A lógica do sistema de prevenção

2. O rol de sujeitos obrigados

3. O inciso XIX e os ativos virtuais

4. Advogados e o inciso XIV

Capítulo VII - Da Identificação dos Clientes e Manutenção de Registros

1. O dever de identificação: conheça seu cliente

2. Manutenção de registros

3. Controles internos, cadastramento e requisições

4. O cadastro geral de correntistas (art. 10-A)

Capítulo VIII - Da Comunicação de Operações Financeiras

1. O dever de comunicação

2. Exemplos de operações suspeitas

3. Proteção do comunicante

4. Transferências internacionais e saques em espécie (art. 11-A)

Capítulo IX - Da Responsabilidade Administrativa

1. As quatro sanções

2. A repartição da fiscalização

3. O Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente (art. 12-A)

4. O art. 13 revogado

Capítulo X - Do Conselho de Controle de Atividades Financeiras

1. A unidade de inteligência financeira brasileira

2. A vinculação do Coaf e a Lei n. 13.974/2020

3. Compartilhamento de informações

Capítulo XI - Disposições Gerais

1. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal

2. Acesso a dados cadastrais

3. Forma de encaminhamento dos dados (art. 17-C)

4. Afastamento do servidor indiciado (art. 17-D) — dispositivo declarado inconstitucional

5. Conservação de dados fiscais (art. 17-E)

6. O art. 17-F e a medida provisória caducada

7. Vigência da Lei (art. 18)

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.